

Para entender o desvio dos recursos carimbados para educação

Desde 1998, quando foi criado o Fundef, que depois virou Fundeb, a prefeitura vem utilizando um artifício contábil para deixar de aplicar o que deve na Educação. A Constituição Federal determina que o município invista 25% de recursos próprios no ensino. Além destes recursos, a prefeitura deveria aplicar os ganhos com o Fundeb. Mas a prefeitura soma o dinheiro do fundo como se fosse recurso próprio para fazer de conta que gastou o mínimo constitucional. Essa cambalhota fica evidente na tabela abaixo.

ANOS	SOMA DOS RECURSOS PRÓPRIOS *	25% DOS RECURSOS PRÓPRIOS EXIGIDOS PELA CONSTITUIÇÃO PARA GASTAR COM A EDUCAÇÃO (artigo 212 da CF)	GANHO DA CIDADE COM O FUNDEF/ FUNDEB (DIFERENÇA ENTRE O QUE O RIO COLOCA E O QUE RECEBE) **	VALOR QUE DEVERIA SER GASTO COM A EDUCAÇÃO (25% + GANHOS DO FUNDEF/ FUNDEB)	VALOR QUE A PREFEITURA INFORMA QUE GASTOU COM A EDUCAÇÃO	GASTO EFETIVO DA PREFEITURA COM EDUCAÇÃO ATRAVÉS DE RECURSOS PRÓPRIOS (EXCLUÍDO O GANHO DO	PORCENTAGEM DOS GASTOS COM RECURSOS PRÓPRIOS VIS A VIS OS 25%	VALOR QUE DEIXOU DE SER ALOCADO PARA A EDUCAÇÃO
1998	4.460.742.614,52	1.115.185.653,63	493.347.441,76	1.608.533.095,39	1.168.284.183,92	674.936.742,16	15,1%	-440.248.911,47
1999	4.882.423.565,90	1.220.605.891,48	457.355.898,60	1.677.961.790,08	1.074.448.122,04	617.092.223,44	12,6%	-603.513.668,03
2000	5.091.261.991,09	1.272.815.497,77	517.685.582,89	1.790.501.080,67	1.198.981.079,04	681.295.496,15	13,4%	-591.520.001,62
2001	5.229.704.314,48	1.307.426.078,62	545.825.560,55	1.853.251.639,17	1.196.661.102,66	650.835.542,10	12,4%	-656.590.536,52
2002	5.444.335.395,50	1.361.083.848,88	576.057.935,01	1.937.141.783,88	1.587.280.604,36	1.011.222.669,35	18,6%	-349.861.179,52
2003	5.075.223.782,01	1.268.805.945,50	544.909.889,28	1.813.715.834,78	1.579.780.286,70	1.034.870.397,43	20,4%	-233.935.548,08
2004	5.590.363.725,01	1.397.590.931,25	579.626.497,30	1.977.217.428,55	1.544.179.414,66	964.552.917,37	17,3%	-433.038.013,89
2005	5.697.129.253,38	1.424.282.313,34	578.128.528,17	2.002.410.841,51	1.613.874.957,63	1.035.746.429,46	18,2%	-388.535.883,88
2006	5.945.114.537,45	1.486.278.634,36	606.699.041,30	2.092.977.675,66	1.667.577.408,85	1.060.878.367,55	17,8%	-425.400.266,81
2007	6.274.369.059,70	1.568.592.264,93	638.150.439,59	2.206.742.704,52	1.751.627.153,01	1.113.476.713,42	17,7%	-455.115.551,51
2008	6.975.297.499,99	1.743.824.375,00	709.967.510,97	2.453.791.885,97	2.014.121.689,08	1.304.154.178,11	18,7%	-439.670.196,88
2009	7.208.212.373,31	1.802.053.093,33	695.692.663,25	2.497.745.756,58	1.987.666.513,30	1.291.973.850,05	17,9%	-510.079.243,28
TOTAL	67.874.178.112,34	16.968.544.528,08	6.943.446.988,67	23.911.991.516,76	18.384.482.515,26	11.441.035.526,59	16,9%	-5.527.509.001,49

FONTE: PRESTAÇÕES DE CONTAS 1998 a 2009
ATUALIZAÇÃO: IPCA-E MÉDIO ANUAL, BASE 2009

LEGENDA:

	LUIZ PAULO CONDE
	CESAR MAIA
	EDUARDO PAES

* São recursos próprios do município a arrecadação de impostos (IPTU, IR, ITBI, ISS), as transferências obrigatórias do Estado (ICMS, IPVA, IPI-Exportação) e da União (FPM, ITR, IOF-Ouro).

** O ganho que o Rio tem o com Fundeb é carimbado para a Educação e não pode integrar a base de cálculo dos 25% da Educação. Há 11 anos, o Município usa esse artifício contábil para fugir da obrigação constitucional.